



# Anais da Assembléia

Nº 166

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 1979

ANO V

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 158.ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 1979

#### QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Tadeu Lúcio Machado.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanolrenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quieise Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### Mensagem:

MENSAGEM N.º 181/79

Curitiba, 10 de dezembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, o imóvel, de propriedade do Estado, constituído de um terreno rural, situado em Uvaranas, Município de Ponta Grossa, com área e demais características que especifica.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 1.793, de 26 de outubro de 1979, do Senhor Secretário de Estado da Educação, diz, com o devido detalhamento, da necessidade e oportunidade na adoção da medida ora submetida a exame dessa augusta Assembléia Legislativa.

Tendo em vista o interesse público de que é revestida a proposição, solicito sua inclusão no rol das matérias a serem apreciadas durante o atual período de convocação extraordinária dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida ora encaminhada a essa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, o imóvel constituído de um terreno rural com 110 ha e 5.189,00 m<sup>2</sup>, situado no lugar denominado Uvaranas, Município de Ponta Grossa, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrições n.ºs 24.144, 24.145 e 24.146 do Livro 3-J, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa, de 29 de junho de 1948, contendo as seguintes edificações: prédio residencial em alvenaria de dois pavimentos, com área total de 2.530 m<sup>2</sup>; auditório em alvenaria, térreo, com área de 479,00 m<sup>2</sup>; oficinas em alvenaria, térreo, com área de 306,00 m<sup>2</sup>; administração, em alvenaria, térreo, com área de 227,00 m<sup>2</sup>; unidade escolar com 10 (dez) salas de aula, em alvenaria, térreo, com a área de 1.045,00 m<sup>2</sup>, bem como, todos os seus bens móveis, implementos, livros, instalações e pertences.

Art. 2.º — O Colégio Agrícola Estadual "Augusto Ribas" passará a ser administrado e mantido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, não podendo as suas atividades sofrerem solução de continuidade.

Art. 3.º — Observado o disposto no artigo anterior, o imóvel objeto da doação de que trata esta lei, deverá ser utilizado na instalação da sede do campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, dispensa de publicação da Redação Final para os Projetos de Resolução n.ºs 153/79 a 176/79, referentes a Convênios com os Municípios do Estado; Projetos de Lei n.ºs 207/79 (Mens. Govern. n.º 181/79) e 199/79 (Mens. Govern. n.º 170/79).

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1979.

a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Senhor Governador, no sentido de ser antecipado o pagamento da segunda cota do I.C.M. dos Municípios, cujo pagamento, sugere, seja efetuado até o dia 20 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1979.

a) FUAD NACLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com respaldo do Plenário, REQUER seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Ney Braga, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, um ofício solicitando a pavimentação do acesso rodoviário à cidade de Cambará, partindo da PR-431.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1979.

a) PALÁCIOS

#### JUSTIFICATIVA:

A medida almejada no presente requerimento se justifica

pelo fato de que o atual acesso rodoviário à cidade de Cambará, é em leito natural, apesar de sua importância à vida econômica do município. Sérias dificuldades encontram os munícipes quando, em dias chuvosos, o leito por ser em solo argiloso, não apresenta as mínimas condições para o tráfego. Senhor Presidente, transportes coletivos, de carga e de passeio, passam em grande número por este acesso, colocando os moradores da proximidade e de todo o povo daquela cidade em constante espera, por esta medida que com certeza será de imensurável teor de justiça.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Atendendo a uma necessidade constatada na localidade de Borda do Campo, Município de São José dos Pinhais, nos termos do Regimento Interno desta Casa, requeiro seja encaminhada solicitação ao Senhor Governador do Estado e ao Senhor Presidente da TELEPAR objetivando a instalação de equipamento telefônico, mono-canal, em ponto geográfico a ser indicado pela Prefeitura Municipal. Trata-se de reivindicação antiga e justa, atendendo à grande comunidade local, atualmente, sem acesso ao serviço telefônico.

Também requeiro, seja cientificado desta solicitação o Senhor Prefeito Municipal de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1979.

a) AIRTON CORDEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Senhor Secretário de Interior, Sr. RENATO ANTÔNIO JOHNSON e ao Presidente da TELEPAR, Sr. GILBERTO GERALDO GARBI, no sentido da implantação de uma rede de 50 telefones para o Distrito de Santa Rita do Oeste, localizado no Município de Terra Roxa.

A presente solicitação se faz visando atender aos reclamos daquela laboriosa população.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1979.

a) DAVID CHERIEGATE

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Presidente do Tribunal de Justiça, para elevação à Distrito Judiciário do Distrito Administrativo de Santa Rita do Oeste, Município de Terra Roxa.

A presente solicitação se faz visando atender aos reclamos daquela laboriosa população.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1979.

a) DAVID CHERIEGATE

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Está encerrada a hora do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há mais de 10 anos, o Poder Legislativo e, mais especificamente, o quadro de funcionários do Poder Legislativo, espera uma reclassificação dos respectivos cargos.

Este período vigente de sessões extraordinárias, convocada por Sua Excelência o Governador do Estado, tinha como um dos itens a serem discutidos por esta Casa, até o termo da convocação, da Assembléia, 30 de dezembro, apreciação da matéria relativa à reclassificação dos cargos do Poder Legislativo.

Realmente, com esforço, com pressão e até com ousadia, fez-se um conjunto de posicionamentos que redundaram na re-

messa da Mensagem, depois de motivada pela Comissão Executiva desta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, recentemente nós já abordávamos o assunto relativo a essa matéria, aqui por este Poder Legislativo, e desta mesma tribuna.

E o que nós vimos, Sr. Presidente, e ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, foi sua incumbência, tivemos por força das circunstâncias, que tomar uma atitude que não é do nosso feitio, de nos retirarmos daquela Comissão, sob protesto, porque ontem, no plenário desta Casa, na Hora do Expediente, foi lida a mensagem relativa à reclassificação de cargos da Assembléia, e, para pânico nosso, Sr. Presidente, uma matéria do mais alto significado, da mais alta relevância para o funcionamento do Poder Legislativo, chegou a ser objeto de colocação, apreciação dos membros da Comissão de Justiça, para oferecer o parecer, ainda na tarde de ontem.

Sr. Presidente, repetindo a minha atitude naquela Comissão, não seria possível que os eminentes Srs. Deputados, componentes da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, sem desmerecimento das demais Comissões, não seria possível, em algumas horas, com o completo desconhecimento do texto da Mensagem, oferecer um parecer que viesse trazer uma contribuição efetiva para os servidores do Poder Legislativo.

Imediatamente depois, Sr. Presidente, despertava nos corredores, nas discussões internas, uma agonia uníssona, de que a Mensagem do Sr. Governador do Estado não satisfazia a expectativa de, pelo menos, 80% dos funcionários desta Casa.

E por quê?

Ao lado da revolta que tivemos na Comissão de Constituição e Justiça, da alusão de que precisaríamos dar o parecer imediato, para ser apreciado tempestivamente por esta Assembléia, causou-nos revolta, porque o Tribunal de Conta, Tribunal de Justiça e Poder Executivo, praticamente sem nenhuma exceção, foram contemplados primeiramente do que o Poder Legislativo. E o que é mais odioso, Sr. Presidente, os cargos de nível universitário, principalmente os de nível universitário, estariam muito aquém do egrégio Tribunal de Contas, que é um organismo acessório da Assembléia Legislativa.

É verdade que a Mensagem, mais uma vez, dá azo a críticas acerbas, porque o Governo do Estado, ao invés de colocar no seu bojo o cálculo exato com o aumento de 42%, deixou de fazer a menção numérica de cada um dos níveis para referir-se apenas no artigo 2.º, sob alegação de que seria difícil a interpretação.

Sr. Presidente, gostaria de fazer um pronunciamento mais profundo, mas o tempo já está terminando e Vossa Excelência quer acudir ao Regimento Interno, e vou deixar para continuar este pronunciamento — se a Liderança permitir — no horário reservado à Liderança.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos o Deputado que nos antecedeu fazer um apelo justo pelos homens que trabalham, pelos funcionários desta Casa.

Não poderíamos, Sr. Presidente, fazer ouvidos moucos, então queremos dizer que, pela vez primeira, estamos de acordo com o pronunciamento do Deputado Fidelcino Tolentino, neste momento em que vem reivindicar melhores condições para o funcionalismo da Casa que fazemos parte transitariamente.

Queríamos solicitar à Comissão Executiva, aos responsáveis pelas diretrizes da Casa, para que não vejamos mais, nos corredores, as queixas, as lamentações, das pessoas que trabalham aqui, e que se acham injustiçadas.

Seria de bom alvitre, Sr. Presidente, se possível, um diálogo entre as duas Lideranças, para se achar um denominador

comum, também com o Chefe do Poder Executivo, Governador Ney Braga, homem sensível às causas do funcionalismo paranaense. Vemos o nosso Poder claudicando, vemos o pessoal que efetivamente trabalha, que há 10 anos não tem uma justiça, uma remuneração certa e condizente, equacionada com a inflação galopante do nosso País, então, neste instante queremos pedir vênua aos nossos companheiros de bancada, para que, se faça justiça principalmente à nossa Casa. Com todo o respeito que temos pelo Tribunal de Contas, vemos funcionários nossos, de igual nível, de igual capacidade de trabalho, de igual tirocínio, marginalizados e com os seus vencimentos aquém, então, quando a maioria de uma conjuntura reclama, haveríamos, Sr. Presidente, de pedir a Vossa Excelência que preside neste instante os trabalhos e como Secretário também, deste Poder, que, desse oportunidade para esse povo dialogar, para esse povo que é o sustentáculo do bom funcionamento da Assembléia Legislativa do Paraná, deste Poder que não pode ficar claudicando, que não é um "trem da alegria" deste Poder, cujos funcionários precisam ser bem pagos, para que haja harmonia entre os funcionários e para o funcionamento da Assembléia, e para que haja entre nós harmonia, que humildemente estamos aqui, numa passagem efêmera.

Desejava, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Líder da minha bancada, dar o meu apoio ao pronunciamento do ilustre Deputado Fidelcino Tolentino porque, nesta hora, se alguém deixar de levantar sua voz, se alguém deixar de pedir para que haja justiça, se alguém não tiver pelo menos a coragem de vir à tribuna e pedir para que os funcionários sejam pelo menos compreendidos, sejam pelo menos ouvidos, então, nós seremos uma plêiade de homens sem alma, que estaríamos aqui para dizer "Amém". Isto não podemos permitir, porque é dos funcionários que nós vivemos nesta Casa, é através deles que esta Casa vive, nós, somos passageiros, de primeira classe talvez, mas o funcionário que diuturnamente trabalha nesta Casa, precisa ser ouvido! Não é possível, Sr. Presidente, não é possível, Srs. Deputados, não é possível, imprensa do meu Paraná, nós vemos um funcionário que há 10 anos não leva uma vantagem, receber Cr\$ 800,00...

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Esta Presidência lembra o orador que se encontra na tribuna, que o seu tempo está esgotado, concede-lhe no entanto ainda um (01) minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado.

Não é possível, vemos o funcionário amargurado, já com os seus problemas de casa, com os seus problemas diários, diuturnos, claudicarem e sua vida financeira ir abaixo! Poderíamos, Sr. Presidente, reformular este Quadro e darmos melhores condições, como disse o Deputado Fidelcino Tolentino; vamos dialogar com os funcionários, para que haja uma equiparação justa, sem abusos mas, com justiça e primeiramente pensando na Justiça Divina!

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Esta Presidência anuncia, com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Deputado Federal Álvaro Dias.

Esta Presidência convida o ilustre Deputado Darcy Deitos, para compor esta Mesa, assumindo a 2.ª Secretaria.

(O Sr. Deputado Darcy Deitos assume a 2.ª Secretaria).

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O ano de 1979 está agonizando e, com ele, a década de 70.

Foi um decênio de profundas contradições no sistema de vida imposto ao povo brasileiro.

O arbítrio, consagrado pela exceção, foi a nota dominante desse período. Segurança e desenvolvimento, foi o lema do

estado de fato, instalado no País.

O primeiro termo do binômio, a segurança, virou obsessão doentia e paranóica, responsável por mortes, assassinatos, tortura, atrofiamento, exílio, censura e tantas outras mazelas. Foi escrita a página mais negra da história nacional, inconcebível em um País de formação cristã e humanista, mesmo sob o império de uma ditadura.

O item desenvolvimento se resumiu, em termos de publicidade enganosa e antinacional, no decantado "Milagre Brasileiro".

Que milagre foi este?

Os setores fundamentais da produção passaram ao controle das empresas multinacionais. Estabeleceu-se o predomínio total e absoluto do capital sobre a força do trabalho.

O Capital nacional foi obrigado a atrelar-se ao capitalismo internacional e, como consequência imediata, o poder decisório dos assuntos nacionais foi deslocado para as mãos todo-poderosas de quem, não tendo pátria, faz do poder econômico a lei suprema.

Hoje o empresariado nacional grita, tentando participar de um processo decisório que não mais é nosso.

Os trabalhadores estão em total insegurança: o fruto de seu trabalho é contraditório, pois faz crescer a riqueza de uns poucos privilegiados e de outro lado não conseguem ver garantidos e os seus direitos fundamentais de alimentação, educação, saúde, habitação e aposentadoria digna.

O homem do campo está sendo expulso do lugar que, desde a formação das frentes pioneiras, foi justamente o seu. Elimina-se o trabalhador rural; extingue-se a figura operosa do pequeno agricultor; sufoca-se o proprietário médio e, na proporção em que se abrem novos horizontes às grandes empresas agrícolas, muitas multinacionais, pinta-se negro o futuro do grande proprietário.

Tangido dos campos, nosso trabalhador rural é obrigado a engrossar os anéis de pobreza e de desemprego das grandes cidades brasileiras. A insegurança é total e, com ela, desagrega-se a célula básica de toda sociedade que é a família.

O modelo educacional brasileiro atende aos interesses da elite privilegiada e dominante, esquecido do primordial: toda educação deve ser voltada para as verdadeiras necessidades populares.

Dá a inquietude e perplexidade da classe estudantil. Desestimulada por um processo educacional anacrônico; asfixiada por legislação draconiana, incorporada aos regimentos internos das escolas. Seleccionada por critérios sociais; afastado o filho do trabalhador pela balela do ensino pago; anestesiada por currículos distanciados da realidade; angustiada por um mercado de trabalho cada vez mais estrangulado. Descrente do modelo educacional.

O homem do interior não admite ver seus filhos e filhas a abandonarem seu lar em busca de trabalho e de esperanças na cidade grande e esmagadora. Ama a sua terra e nela quer viver. O modelo de desenvolvimento brasileiro esvazia o interior e incha as grandes cidades. A cultura e os valores morais do homem do interior são postos em choque com uma cultura importada. E o Brasil perde, a cada dia, uma de suas maiores riquezas: a sua cultura.

Na prática, o que se observa?

1.º — "Em dez anos os impostos diretos passaram de 4,54% do Produto Interno Bruto para 10,51%. A dívida externa que era de cerca de 2 bilhões de dólares no início da década de 60 ultrapassa os cinquenta bilhões de dólares.

O poder aquisitivo dos trabalhadores deteriorou-se, atingindo níveis incompatíveis e atentatórios à dignidade humana.

Mas os seus mínguaos salários ficaram a salvo do turbilhão autoritário-desenvolvimentista.

Primeiro foi o arrocho salarial, por meio de reajustes anuais distorcidos e aviltantes em relação ao aumento do custo

de vida".

2.º — No caso brasileiro, os investimentos industriais absorveram a maior parte dos recursos acumulados. O setor financeiro e o mercado de ações foram igualmente beneficiados.

Ao revés, o meio rural foi abandonado à própria sorte; os investimentos sociais praticamente inexistiram, a desigualdade na distribuição da renda aumentou desmesuradamente, e a concentração da terra é um fato notório.

Imensos recursos foram consumidos na construção ou início de construção de obras de duvidosa oportunidade.

A planificação irresponsável e o desperdício oficializado tiveram livre curso na escuridão e no silêncio da longa noite do AI-5.

A revelia do consenso nacional, construiu-se a transamazônica, ligando dois pontos sem qualquer conexão importante com os demais entroncamentos rodoviários do País, de nenhuma demanda de tráfego e em franca deteriorização; iniciou-se a construção da ferrovia do aço e da perimetral norte, hoje, inteiramente abandonadas; construiu-se a ponte Rio-Niterói, obra de duvidosa prioridade, e deflagrou-se o programa nuclear envolvendo valores astronômicos e riscos potenciais, ainda por serem esclarecidos.

Ante a perplexidade de todo o povo brasileiro temos presenciado negociatas como as do Grupo Lutfalla e Atalla, envolvendo entidades financeiras governamentais e empresas privadas, acarretando enormes prejuízos ao erário público e mantendo impunes os responsáveis.

3.º — Vencido o período da euforia desenvolvimentista, a situação atual do País não apresenta tendências favoráveis aos trabalhadores.

Milhões de "bóias-frias" vagueiam de uma fazenda a outra em busca de trabalho nos períodos de safra.

A desnutrição e a mortalidade infantil rondam o campo e as cidades.

O analfabetismo continua a ser um espectro em todas as partes do País.

Sobre esses escombros é que o Produto Interno Bruto cresceu em 140% no período de 1968 a 1978.

A "razão de estado" para a marginalização dos trabalhadores na repartição do "bolo" não é mais a necessidade do seu crescimento.

Agora os mitos são outros.

Dívida externa e inflação são os novos tabus engendrados pelo regime autoritário para prosseguir marginalizando os trabalhadores dos benefícios sociais do crescimento econômico.

O princípio segundo o qual a economia do País vai bem e o povo vai mal, começa a ser nivelado por baixo.

Hoje, o povo e a economia vão mal.

A conclusão, portanto, é a de que houve má gerência dos recursos públicos e inúteis sacrifícios das massas populares.

Reside aí o desespero e o temor do regime autoritário.

4.º — Apontaram o novo norte com o abrandamento do sistema autoritário para mantê-lo íntegro; propõem a redução da inflação com base na contenção salarial, e acenam com o desenvolvimento da agricultura, como meio de criar uma burguesia rural que dê sustentação ao regime.

O que confessaram os detentores do poder e seus ideólogos é, em outras palavras, a absoluta dependência externa da economia do País, e a incapacidade do regime elitista de responder aos anseios e aspirações populares.

Portanto, cumpre às oposições, nessa quadra da vida nacional, pugnar pela plena e total redemocratização do País, que só será verdadeira através de uma Assembléia Nacional eleita num regime pluripartidário verdadeiro.

Romper o dique da opressão e da negação das liberdades e atirar para o monturo da história os resquícios do autoritarismo é tarefa de todos os brasileiros que amam a sua Pátria e creem no futuro do País.

É arbitrário e prepotente a ação do Governo, expressa pelo projeto de Reforma Partidária, casuística, brutal e violentadora da consciência nacional.

Não sirvam a reforma partidária e outros fatos novos que a máquina publicitária oficial irá montar para afastar nossa atenção do essencial: a situação política, econômica, social e cultural do povo brasileiro.

A Oposição haverá de estar vigilante. Para isto é necessário, essencialmente necessário, que os democratas estejam unidos em uma grande frente nacional de oposições.

Chegaremos à Assembléia Nacional Constituinte para ser conseguido o ordenamento jurídico e institucional do Brasil."

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência ao trazer esse retrospecto e essa análise nesses últimos dias em que a Assembléia Legislativa do Paraná se reúne, mais do que nunca faz com que nós permaneçamos todos vigilantes, porque toda a gravidade apresentada ao longo de sua oração traz efetivamente o grau de irresponsabilidade administrativa e antipatriótica dos que nos governam.

E há pouco, ouvindo com atenção quando Vossa Excelência dizia da longa noite escura do AI-5 e os absurdos do milagre econômico, me faz lembrar que hoje, infelizmente, a Nação brasileira comemora triste e dolorosamente, o morto-vivo Alto Institucional n.º 5, que exatamente há onze anos, no famigerado, triste, 13 de dezembro de 1968, rasgava nesta Nação o princípio do Estado de Direito, os postulados democráticos, concentrando, nas mãos de poucos, os destinos de todos nós.

A História apenas está escrevendo nestes últimos anos, mais páginas e páginas negras estão reservadas para aqueles que utilizaram, manipularam, idealizaram este instrumento de terror e mais do que nunca, também algumas páginas estarão reservadas àqueles que não tiveram a ousadia, a coragem, a hombridade, de se rebelar contra este instrumento altamente autoritário e violentador.

Três de dezembro de 1979, são onze anos após o Ato Institucional n.º 5, e bem sabemos que ele só está travestido hoje de estado de emergência, está vivo na lei de Segurança Nacional, em todo o gigantesco aparelho policial e repressivo intacto e em uso neste País. Mas este País chega às raízes do absurdo, porque aqui também os mesmos ideólogos do AI-5 foram os ideólogos do milagre econômico. E pessoas que participavam nos altos escalões do Governo da época, hoje são unânimes em dizer que um dos grandes aconselhadores que aprofundaram a idéia do AI-5, nada mais nada menos foi do que o Ministro de então e hoje novamente Ministro Delfim Neto, que acreditava na necessidade de um instrumento forte para controle social para impor o seu modelo vindo de uma escola monetarista de Chicago.

Por toda esta situação, Deputado, é que isto prova que a longa noite escura ainda permanece. É lógico, e temos tido ao longo destes anos, esta luz de resistência libertária neste profundo túnel que são os homens, os brasileiros, que nas mais diversas manifestações se colocaram entre as Oposições brasileiras; rompendo este cerco pouco a pouco. Cabeças rolando, cassações e torturados, violências as mais diversas, mas pouco a pouco, — como disse, esta luz está aumentando e hoje o País inteiro clama pela total democracia, pela plena liberdade, através de uma Assembléia Nacional Constituinte, como Vossa Excelência coloca.

Por isto, Deputado, parabeno-me com este seu pronunciamento, já no ocaso deste ano legislativo, mas que deve sempre se fazer presente na tribuna, a palavra do Brasil e das Oposições contra este estado de coisas. Ontem usando de instrumento de força para calar a voz do povo, para dizer que a economia ia bem, mas o povo ia mal, — coisa altamente absurda e ridícula.

Hoje a economia vai mal, como Vossa Excelência colocou e o povo vai pior ainda.

Por isto, precisamos permanecer vigilantes e unidos, como disse Vossa Excelência, permanentemente para o que der e vier, porque mais uma vez agora, diante de desencontro em que se encontra a administração pública deste País, na situação de desestabilização social que vivemos, é hora de nós usarmos e mostrarmos as alternativas para que tenhamos uma estrutura de Poder voltada aos interesses do povo, numa visão social, numa visão de justiça, com o objetivo de transformarmos, nós brasileiros, em irmãos na aceção mais absoluta da própria Democracia.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que veio enriquecer muito este meu modesto pronunciamento.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado, acho, no meu entender, pelas palavras de Vossa Excelência que o ilustre articulador, o Golbery do Couto e Silva, está redondamente enganado.

Se a intenção foi dividir a Oposição, errou porque o que estou a entender é que o Governo, agora, está contra a parede e devo explicar: se todos, oposicionistas como eu, como o Deputado Domício Scaramella, pensamos igual, a Oposição não estará dividida.

Porque entendo que o futuro PMDB e o futuro PTB serão as duas agremiações partidárias oposicionistas que estarão lado a lado, brigando por aquilo que estamos brigando há 15 anos, e aqueles do MDB, do nosso MDB de tantos anos que passaram a integrar o quadro do Governo, ou passarem a integrar a agremiação chamada "Independente", o Partido Popular Brasileiro, na verdade, no meu entender, nunca foram Oposição, meu caro. Apenas, se escondiam - veja bem - se escondiam debaixo da Oposição, talvez com receio ou com vergonha de participar do Partido do Governo.

Mas, agora, há uma válvula e que se chama Partido Popular Brasileiro - chamado "Independente".

Então, no meu entender, aqueles emedebistas que venham a ingressar neste Partido, na verdade o MDB não perdeu nada. Apenas, ficou sem o lixo do seu Partido. Porque entendo que PMDB e PTB serão os dois Partidos neste País que serão exatamente a Oposição brasileira.

Muito obrigado.

O Sr. Del Ciel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, ao acompanhar o pronunciamento de Vossa Excelência, veio-me à lembrança um cidadão que, não por emoção - aproveito, para, mais uma vez, reverenciar a sua passagem neste Poder.

Refiro-me a um ex-Companheiro, irmão de ideais democráticos, seu pai, Deputado Lúcio Machado.

E ouvia nas palavras de Vossa Excelência, nobre Deputado, não a palavra de um herdeiro natural de um grande Deputado que passou por este Poder, mas via, no pronunciamento de Vossa Excelência, nesta tarde, o grito do trabalhador do campo e da cidade do Norte Pioneiro do Paraná.

Esse grito sim, que herda Vossa Excelência do seu pai que fez história nesta Casa Legislativa.

Ouvia, no pronunciamento de Vossa Excelência, o grito de toda a Nação brasileira, o grito que o povo quer dar, mas não pode. Via refletido, no pronunciamento e na presença de Vossa Excelência, na tribuna deste Poder, as esperanças do povo brasileiro que tem alimentado a própria existência da Pátria e do povo, visando o hasteamento da bandeira da justiça social, neste nosso grande País, neste País de um grande povo.

Parabenizo-me com Vossa Excelência quando, no encerramento de um ano legislativo, vai à tribuna deste Poder que

quer, efetivamente, poder, que quer reconquistar o valor e o respeito diante dos poderosos que governam esta Nação, para que seu grito possa refletir nas decisões governamentais, neste País.

Vejo, nas palavras de Vossa Excelência, renascidas as esperanças do povo brasileiro e o grito do valoroso povo do Norte Pioneiro.

Cumprimento e parabenizo Vossa Excelência que rememorou, com muita propriedade, a situação do povo subnutrido, com seu futuro comprometido em função da própria alimentação que foge da mesa, do lar, do próprio povo, do trabalhador brasileiro, que registrou a existência alarmante da grande vergonha nacional que cresce, à cada dia que passa, com a elevação do número de analfabetos, neste País, a inflação galopante, o endividamento externo, a preocupação de saber onde meteram os estoques cafeeiros que os poderosos encontraram armazenados, no IBC; em 1.964, estoques cafeeiros suficientes para saldar os nossos débitos no exterior e que desapareceram como que num passe de mágica. E a Nação, além disto, foi a cada dia que passava, se endividando, chegando onde nos encontramos, na atualidade brasileira.

É verdade que, há poucos dias atrás, na semana que passou, os "delfinianos" e as multinacionais, devem ter promovido grandes banquetes, grandes festejos, com, no dizer do Governo, a visão real do dólar e da adaptação da moeda brasileira à moeda americana, e nós então ficamos a estabelecer a comparação da moeda nacional, com a moeda uruguaia, com a moeda argentina e vendo que, agora, até mesmo o povo uruguaio, o povo argentino, invertendo-se os valores através das fronteiras, vem buscar o feijão e o arroz que foge da mesa dos trabalhadores brasileiros, por um preço irrisório para a moeda dos seus países, pequenos países de um povo que muito respeitamos, mas, pequenos países como a própria Nação paraguaia o é.

Então, Deputado, é muito oportuna uma análise geral da Nação brasileira e do nosso povo. Tudo isto é que motiva a Nação brasileira a proceder, quando chefiada por uma autoridade que atinge o Poder sem o apoio do povo, sem o voto do povo, quando se impõe a uma Nação e ao mundo a figura do seu dirigente máximo, como procedeu e a viver o episódio que vivemos em Santa Catarina, com o Presidente da República unindo o dedo indicador ao dedo polegar, em círculo, para o povo catarinense! Entendo isto como um desrespeito a toda a Nação, a toda a Pátria e a todo o povo brasileiro, quando o Chefe da Nação perde a serenidade, o respeito até mesmo ao cargo que ocupa. Então, efetivamente, a preocupação de todos nós vem crescendo a cada dia que passa. Não sabemos o que será deste País e do povo brasileiro a partir do mês de março a junho do ano que vem. É verdade que todos nós temos vivido muito tempo, de esperanças, e estas esperanças renascem, principalmente quando vemos homens do valor de Vossa Excelência no Parlamento e na tribuna, traduzindo a fala do povo, resumindo todo este quadro geral que vivemos, e ressaltando o maior valor, valor incomensurável da democracia, democracia que Vossa Excelência prega e defende nesta Casa do Povo, falando não só para a sua região, mas para todo o Estado e certamente para todo o povo brasileiro.

Muito obrigado pela oportunidade do aparte, nobre Deputado, e desejaria dizer também que, se na sua região como na minha tem corrido sobre a terra, o suor, a lágrima e o sangue do trabalhador do campo e da cidade, nós que vimos o seu pai dar a sua própria vida na luta em defesa dos direitos do povo brasileiro, vemos que seu pai deixou efetivamente um Homem para continuar lutando em defesa do povo do Estado do Paraná e muito especialmente em defesa dos trabalhadores do nosso Estado, e dos trabalhadores da sua região.

Que Deus o proteja, nobre Deputado, que Ele dê forças às suas pernas para que Vossa Excelência continue cortando

o Estado do Paraná e levando a nossa mensagem ao nosso povo e à nossa gente, e nós estamos certos de que sua voz ecoará por muito tempo neste, e em outros Parlamentos brasileiros, sempre defendendo os princípios que o seu pai defendeu durante toda a sua existência, e que é o anseio verdadeiro de todo o povo brasileiro!

Muito obrigado, e parabéns, Deputado, pelo magnífico pronunciamento.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o seu aparte, nobre Deputado, e agradeço também quando Vossa Excelência lembra a figura de meu pai que, durante vinte anos de vida política sempre marcada pela perseguição, sempre perseguido neste Governo arbitrário, por esse Governo prepotente, que foi até às barras da prisão, e que morreu maculado por todo esse sistema que perdurou e que perdura no País.

Ele, que passou pela vida e que deixou à sua família, que deixou aos seus eleitores, somente um exemplo de decência, um exemplo de honestidade, um exemplo de amor ao próximo. Talvez morreu sem ver o que ele mais queria, o que ele mais pretendia, o que ele mais almejava, que era ver um povo livre e um País democrático.

Mas nós, se Deus quiser, haveremos de ver, porque o dia está próximo e o gigante irá despertar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Encerrada a Hora do Grande Expediente, no horário da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabo de receber um manifesto dos funcionários desta Casa cujo teor é o seguinte:

“Os funcionários do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, infra-assinados, lamentando a falta de correspondência à confiança depositada na Comissão Executiva do Poder Legislativo Estadual e no Governo do Estado, sentindo-se menosprezados com a disformidade de tratamento que lhes pretendem impingir, através da Mensagem que visa estabelecer uma nova estrutura à série de classes do Quadro a que pertencem, totalmente ludibriados em seus anseios, esperanças e justas reivindicações, com decepção, porém com dignidade, repudiam veementemente o anteprojeto de lei a ser apreciado em sessão plenária, pedindo que não conte com a aprovação dos Srs. Deputados, pois preferem continuar humilhados, necessitados, injustiçados, mas nunca enxovalhados”.

Segue-se um rol enorme de assinaturas dos componentes do Poder Legislativo.

O Sr. Adalberto Daros — Deputado Fidelcino Tolentino permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente - em seguida concederei o aparte a Vossa Excelência - Senhores Deputados, temos conhecimento de que a mensagem enviada por Sua Excelência o Governo do Estado, não corresponde à proposta apresentada pela egrégia Comissão Executiva desta Casa.

E seria o primeiro, Sr. Presidente, a vir aqui nesta tribuna, opor ao pensamento de que o Poder Legislativo não teria direito de uma reclassificação condigna, e não é outra a inspiração da nossa revolta, Sr. Presidente, porque nos longos anos que temos servido à causa do Paraná, nunca deixamos à mercê da omissão o problema do funcionalismo público do Estado do Paraná e já apresentamos aqui em outras oportunidades, os casos específicos do Tribunal de Contas, dos Procuradores e inclusive do Tribunal de Justiça e uma mensagem não relativa especificamente ao seu funcionalismo, mas relativamente ao problema da Magistratura do Estado do Paraná, sendo tratado

aqui a nível de Comissões.

A Assembléia por mais que faça valer o pensamento dos Srs. Parlamentares, até agora, não mereceu sequer a respeitabilidade do assento de cinquenta e oito Senhores Deputados que aqui estão a servir a todos os paranaenses. E não seria, Sr. Presidente, do Poder Legislativo aceitar uma modificação da proposta original encaminhada para a Secretaria de Recursos Humanos, para o Governo do Estado, por trabalho da douta Comissão Executiva. Porque quando se remete mensagens relativas ao Tribunal de Contas e relativas a Tribunal de Justiça, nenhuma modificação se faz. E esta, Sr. Presidente, a revolta que nos causa, e principalmente a revolta por pertencer a um Poder Legislativo castrado, agachado, incompetente para resolver os seus próprios destinos. Porque se nós não temos, Sr. Presidente, como tem enfatizado o Deputado Deni Schwartz, se nós tivermos a altivez suficiente para respeitar o Poder Legislativo e para respeitar também a dignidade dos votos dos paranaenses, e vir aqui tratar dos problemas relativos ao funcionamento desta Casa com altivez, com independência, com responsabilidade, não teremos também e falo por mim agora, Sr. Presidente, não teremos também a dignidade de ficarmos representando agachado, neste Poder, o povo paranaense.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Fidelcino Tolentino, entre as assinaturas deste documento que Vossa Excelência tem às mãos, se encontra a minha assinatura. Não como Deputado Estadual, mas como funcionário licenciado deste Poder. E devo meu caro amigo Deputado Tolentino e Srs. Deputados, justificar e dizer que não pretendi e não pretendia nunca legislar em causa própria, ou me beneficiar em função de uma lei errônea como esta, de uma Mensagem errada como esta.

Se assinei esta nota dos funcionários da Assembléia, é para que se diga que o Deputado Adalberto Daros assinou como funcionário, não como Deputado, por entender que a Mensagem do Sr. Governador do Estado vem tentar desmoralizar este Poder. Tem-se a impressão que nós somos os capachos do Sr. Governador. Que os funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, que é um Poder, não merecem aquilo que devem ter. Como bem disse Vossa Excelência, o Tribunal de Justiça manda a esta Casa o que quer e a Casa vota. O Tribunal de Contas manda a esta Casa o que quer e esta Casa vota. E logo em seguida, após lá no Tribunal de Contas, levantado por mim desta tribuna, após a criação de não sei e não me lembro quantos cargos em Comissão, lá no Tribunal de Contas, se faz um concurso interno indo de encontro à lei e se nomeia o sobrinho do Presidente não sei de onde, e se nomeia a filha de um Conselheiro, e se nomeia a irmã de alguém que ocupa um cargo de projeção no Tribunal de Contas. E esta Assembléia, quando levantei o problema, simplesmente negou a que este Deputado tivesse uma resposta oficial do que fôra feito.

E agora vem, não talvez por culpa da Comissão Executiva da Assembléia, que não sei, mas vem agora o Sr. Governador Ney Braga a tentar desmoralizar esta Casa, a mandar esta Mensagem que deve receber de volta com um carimbo bem grande em cima dizendo “Não”. Basta de se fazer o que ele quer. Basta que esta Casa faça o que os outros pretendem. Nós somos um Poder e temos que ser respeitados.

Por isso meu caro Deputado, meus parabéns pela atitude que Vossa Excelência toma neste dia. Estarei com Vossa Excelência em suas palavras daqui para frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Prossigo Sr. Presidente, agradecendo o aparte do eminente Deputado Adalberto Daros.

Sr. Presidente, fala-se muito e se falou muito, da exis-

tência realmente de muitos funcionários fantasmas nesta Casa. E funcionários ociosos, como de resto em todo o mundo existe. E é da natureza da pessoa humana colocar-se diante dos melhores aspectos para sua vida material.

Entretanto, Sr. Presidente, há os que trabalham, efetivamente, há os que lutam para o andamento da máquina do processo, da dinâmica do Estado. Há um número enorme de intelectuais que saem do Poder Público para a iniciativa privada por falta de incentivo. Há os pequenos funcionários, são inúmeras famílias rodeadas de esperança, rodeadas de Legislaturas em Legislaturas, buscando na esperança a própria dignidade, a própria respeitabilidade. E muitas vezes, e não vamos longe, Sr. Presidente, aqui mesmo neste Poder, na Legislatura passada, os adventícios chegaram e foram imediatamente infiltrados e contemplados com polpudos salários; muitos até aposentados, salários os mais elevados do Estado.

Sr. Presidente, não falemos das exceções, mas falemos das regras. O que queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não pessoalmente, queremos a unidade dos servidores dos mais diferentes posicionamentos do Poder Legislativo. O que queremos é, no mínimo, paridade, igualdade, isonomia de direito. Não se quer melhorar, não se quer superar, mas apenas igualar. Horizontalizar o tratamento de servidores no Estado do Paraná.

Não é possível, Sr. Presidente, da minha parte, pessoal, jamais cochilarei não só no caso do funcionalismo, mas especificamente agora, nesta hora, do cair do sol nesta tarde de fim de ano, no final do ano, às vésperas do Natal, jamais deixarei que a Estrela do Oriente se apague sem o nosso protesto.

E a Mensagem, é bom que se diga, que trata da reestruturação do Quadro do Poder Legislativo, é em termos de reclassificação, muito deixou a desejar. Não existe equidade de tratamento entre o pessoal da Assembléia e do Tribunal de Contas no tocante à redistribuição das novas carreiras. O mesmo se observa com relação ao pessoal de nível universitário, em comparação com os quadros da Procuradoria Geral do Estado, do Tribunal de Justiça, dos Engenheiros e do próprio Tribunal de Contas e na Assembléia uma aberração. Um médico, está colocado entre os assessores técnicos legislativos.

Isto é no mínimo, Sr. Presidente, um câncer maligno. Todavia, se tomarmos as tabelas de vencimento em termos únicos de reajuste mensal, poderemos observar que o percentual de aumento, se assim pudéssemos tratar, em todas as categorias, recebeu uma parcela percentual adequada, que cobria o valor da inflação, e poderia ter sido inspiradora a mensagem de aumento a todos os demais servidores do Paraná, sem usar-se o artifício que a ilustrou. Aliás, que não chegou a ser votada, nesta Casa, por decurso de prazo, uma inaceitável manobra contra todos os servidores do Estado do Paraná.

Sobre este percentual ainda deverá ser computada a pequena gratificação ou módulo, que teve o apelido de "parcela adicional social", e que, agora, por força do aumento do salário mínimo, de 527,00 passou a 690,00, a qual poderá elevar a média do reajuste proposto, sob uma fórmula esdrúxula de pseudo reclassificação.

Entretanto, como o anteprojeto de lei, que chegou a este poder não se refere simplesmente a reajustamento de vencimentos, mas teria como objetivo primordial proceder a reclassificação geral dos cargos da Assembléia, restam muitos pontos a considerar. E o primeiro deles, pela informação de um dos eminentes membros da Comissão Executiva, não corresponde à proposta oferecida por este Poder Legislativo.

Sua Excelência, o Governo do Estado, como um todo, alterou a proposição oferecida pela Assembléia.

E pergunto, eminente Deputado Presidente: por que a Assembléia aceita imposturas como se ainda tivéssemos o estigma das leis de exceção a fustigar as nossas atitudes? E por que só os Tribunais são contemplados? - porque, quem sabe

o Governo tem medo de julgamentos? E contempla o Tribunal de Contas numa intenção de contê-lo na apreciação das suas contas, ou o Tribunal de Justiça, contra ações que possam ser naquele Tribunal?

É porque ele acha que este poder não chega a ser poder, porque ele não tem ainda a dignidade de um Poder.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Ilustre Deputado, seu horário está esgotado e concedo mais um minuto para completar o seu pronunciamento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço a Vossa Excelência e vejo que não chegarei à metade do que teria a dizer.

Mas, deixo aqui, Sr. Presidente, para concluir que é absolutamente inaceitável, absolutamente inqualificável, em termos de reclassificação, a Mensagem mandada pelo Governo do Estado, relativamente ao Poder Legislativo.

E as diferenças existentes abrirão, talvez, as fendas mais profundas, do que as catástrofes que se abrem nos terremotos que um dos países latino-americanos venha a sofrer. A morte cívica de muita gente, a esperança de muitos anos, de mais de uma década desfeita num instante talvez se vão aqui. O alento e o amor da própria causa do bem servir.

É preciso que todos nós, cada um de per si, dos eminentes Srs. Deputados avoquem a necessidade de, juntos, unidos, fazermos uma reclassificação adequada, justa e merecida, para contemplar o Poder Legislativo, no mínimo igual aos demais Poderes do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Consulto a Liderança da ARENA, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 153/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 154/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santa Inês, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 154/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 155/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Arapongas, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 155/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 158/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Tapejara, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 156/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,

(Mens. Govern. n.º 160/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Atalaia, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 157/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 161/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Guaiacá, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 158/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 162/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Porto Rico, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 159/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 163/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Olímpia, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 160/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 164/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Florai, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 161/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 165/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Carlos do Ivaí, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 162/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 166/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Jorge do Ivaí, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 163/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 175/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São José dos Pinhais, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 164/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 156/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Xambê, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 165/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 157/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Terra Roxa, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 166/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 159/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cruzeiro do Sul, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 167/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 167/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Goioerê, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 168/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 168/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Centenário do Sul, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 169/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 169/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Astorga, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 170/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 171/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, e o Município de Centenário do Sul, objetivando a construção de prédio destinado a Unidade Sanitária, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 171/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 172/79), que aprova Termo de Renovação ao Convênio FNDU n.º 39/78, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e municípios nominados, que com a interveniê-

cia de órgãos que especifica, objetiva a realização de obras públicas nos municípios a que se refere. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 172/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 173/79), que aprova termo de renovação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria do Planejamento da Presidência da República e o Município de Curitiba, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva a execução de projetos, obras e serviços urbanos na região Metropolitana de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 173/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 174/79), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Campo Largo, que com a interveniência e participação de órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 174/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 178/79), que aprova termo de renovação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Guaraci, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e visa melhorias no setor da Habitação e Urbanismo do Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 175/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 179/79), que aprova termo aditivo n.º 1, ao Convênio n.º 24/78, celebrado entre o Governo do Estado e a SUDESUL, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva proporcionar estudo Sub-Regional do Oeste do Paraná, na área de influência da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 176/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 177/79), que aprova o termo aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Araucária, Colombo, Piraquara e Quatro Barras, para fins que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 153/79 e 176/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a pavimentação do acesso rodoviário à cidade de Cambará, partindo da PR-431. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, visando a elevação à Distrito Judiciário do Distrito Administrativo de Santa Rita do Oeste, Município de Terra Roxa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR, no sentido da implantação de uma rede de 50 telefones para o Distrito de Santa Rita do Oeste, Município de Terra Roxa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Presidente da TELEPAR, objetivando a instalação de monocal telefônico na localidade de Borda do Campo, Município de São José dos Pinhais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser antecipado o pagamento da segunda cota do I.C.M. dos Municípios, cujo pagamento sugere seja efetuado até o dia 20 de dezembro do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto pelas desagradáveis manifestações de que foi alvo, em Florianópolis, o Sr. Presidente da República. — **Aprovado.** O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem). — Sr. Presidente, antes de pedir verificação de votação, queria me congratular com a Mesa, presidida pelo futuro petebista Domício Scaramella e por dois emedebistas, o que prova que estamos antevedendo o futuro, através dessa presença dinâmica, na tarde de hoje.

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — A Mesa defere. Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

6 Srs. Deputados aprovam; 10 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, sexta-feira, à hora regimetal, com a Ordem do Dia designada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

**PORTARIA N.º 843/79**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 378/79, ao funcionário LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO, matrícula n.º 129, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

**PORTARIA N.º 844/79**

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público, de CELSO FARACO, matrícula n.º 237, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da

licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o sexto quinquênio, compreendido entre 1.º de outubro de 1975 e 1.º de agosto de 1979, antecipado em razão da incorporação referente ao quinto quinquênio e das férias de 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro;

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 16 de novembro de 1979, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

#### PORTARIA N.º 845/79

I — revogar a Portaria n.º 637/76, que concedeu férias referentes ao exercício de 1977, na parte que se refere ao funcionário SÉRGIO ZACARIAS, matrícula n.º 406, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, em seu favor, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977 e 1978, que deixou de gozar; e,

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mesma Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 11 de janeiro de 1974 e 11 de novembro de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1973, 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro.

#### PORTARIA N.º 846/79

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de RUI FERRAZ DE CARVALHO, matrícula n.º 017, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 16 de junho de 1975 e igual data de 1979, antecipado em razão da incorporação referente ao terceiro quinquênio e das férias de 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro.

#### PORTARIA N.º 847/79

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MARIA DE LOURDES MALTAURO, matrícula n.º 181, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro

de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1.º, da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias de 1973, 1975 e 1976, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei n.º 6174, a partir de 19 de abril de 1979, data que, em razão da contagem retro, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, e que já vem percebendo a mesmo título dez por cento (10%), perfazendo um total de quinze por cento (15%).

#### PORTARIA N.º 848/79

I — revogar "ex-officio", a Portaria n.º 01/76, de 05 de janeiro de 1976, na parte que se refere ao funcionário NILTON BUSATO, matrícula n.º 317, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, em seu favor, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975 e Art. 1.º, da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979, combinado com o Parecer n.º 5719, do Gabinete da Consultoria Legislativa, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias de 1967, 1973 e 1976, deixadas de gozar.

#### PORTARIA N.º 849/79

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de DILMAR ABÍLIO ARCHEGAS, matrícula n.º 041, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1.º da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias de 1971, 1972 e 1973, que deixou de gozar.

#### PORTARIA N.º 850/79

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, matrícula n.º 422, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977 e 1978, que deixou de gozar.

Sala da Diretoria Geral, em 05 de dezembro de 1979.

a) ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral